



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**CONTRIBUIÇÕES DO MÉTODO ABA PARA O
DESENVOLVIMENTO COGNITIVO E PEDAGÓGICO DA
CRIANÇA COM AUTISMO**

LAYSA SINARA TORRES DA SILVA

Gravatá, 2021



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TECNOLOGIA
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**CONTRIBUIÇÕES DO MÉTODO ABA PARA O
DESENVOLVIMENTO COGNITIVO E PEDAGÓGICO DA
CRIANÇA COM AUTISMO**

LAYSA SINARA TORRES DA SILVA

Trabalho apresentado à Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito para a conclusão do Curso de Graduação em Licenciatura em Pedagogia da Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia.

Orientador(a): Prof.(a) Dr.(a) Jacqueline Cavalcanti

Co-orientação: Profa. Dra. Betânia Guilherme

Gravatá, 2021

CONTRIBUIÇÕES DO MÉTODO ANÁLISE APLICADA DO COMPORTAMENTO (ABA) PARA O DESENVOLVIMENTO COGNITIVO E PEDAGÓGICO DA CRIANÇA COM AUTISMO

Laysa Sinara Torres da Silva

Licenciatura em Pedagogia UAEADTec/UFRPE

Universidade Federal Rural de

Pernambuco/UFRPE laysasinara.t@gmail.com

RESUMO. O Transtorno do Espectro Autista, o TEA, é um transtorno de neurodesenvolvimento. Sujeitos que são acometidos por este transtorno não desenvolvem algumas funções neurológicas como deveriam. Caracterizado por sintomas nas áreas de comunicação social e de interesses restritos e estereotipados. Crianças com TEA apresentam prejuízos em diversas fases do desenvolvimento, e esses sintomas aparecem quando as mesmas ainda são pequenas, por volta dos dois anos de idade. O ponto chave para reduzir os sintomas e melhorar o desenvolvimento destas crianças está na Intervenção Precoce, pois o quanto antes começarmos a estimulação adequada, haverá mais possibilidades de ensinar novos repertórios e diminuir os sintomas do Autismo. O objetivo desta pesquisa consiste na compreensão sobre o que é autismo e sobre como a inclusão, feita de maneira correta, alinhada à intervenção precoce através da terapia ABA podem ajudar de forma significativa o desenvolvimento da criança com TEA. Esta pesquisa de caráter qualitativa e preocupa-se com os aspectos da realidade, permitindo reunir dados relevantes sobre o objeto de estudo, abordando a importância de uma conscientização a respeito da inclusão social e educação inclusiva e especial, se faz necessário pensar em formas de objetificar e efetivar a educação de forma realista para que todos os sujeitos tenham oportunidades de aprendizado de forma igualitária. Arelados, a Intervenção Precoce, a terapia ABA e a efetivação de uma educação inclusiva, juntos podem promover estímulos positivos tanto no desenvolvimento social, como pedagógico para esse público-alvo. O objetivo desta pesquisa é possibilitar a compreensão da comunidade educacional, de forma profunda, o que é o Transtorno do Espectro do Autismo com a finalidade de esclarecer sinais e como incluir estes sujeitos de forma efetiva e caminhos para se trabalhar com os mesmos.

Palavras-chave: TEA, Intervenção, Inclusão, Desenvolvimento.

1. INTRODUÇÃO

Este presente estudo foi elaborado para atender ao requisito de conclusão de curso de pedagogia, a qual tem como foco a compreensão sobre autismo e como o método ABA pode contribuir para o desenvolvimento cognitivo e pedagógico desses sujeitos.

Transtorno do Espectro Autista (TEA) ou Autismo é um transtorno do desenvolvimento que compromete o desenvolvimento na comunicação e interação social, englobando comportamentos restritivos e repetitivos. (BRASIL, 2015). Muito abordado nos dias atuais, um conhecimento mais específico, que esclareça sobre o conceito, as características e dificuldades vividas por sujeitos portadores do Espectro se faz necessário pra a desmistificação do mesmo.

Com essa prerrogativa, o presente artigo tem como objetivo apresentar de forma mais aprofundada o que é o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). Assim, possibilitando a comunidade educacional uma compreensão acerca do Transtorno, esclarecendo sinais, como incluir este sujeito de forma efetiva e caminhos para se trabalhar com o sujeito com autismo.

Como aponta Melo, 2007

“Autismo é um distúrbio do desenvolvimento que se caracteriza por alterações presentes desde idade muito precoce, tipicamente antes dos três anos de idade, com impacto múltiplo e variável em áreas nobres do desenvolvimento humano como as áreas de comunicação, interação social, aprendizado e capacidade de adaptação. (MELO, 2007, p. 16).

Vistos tais especificidades, é compreensível que com a desinformação, pais, professores e a sociedade de modo geral encontrem dificuldades em comunicar-se com um sujeito com TEA. Por isto se faz necessário uma aproximação adequada, na qual a criança consiga um bom desenvolvimento durante sua vida social e escolar.

Para a efetivação da mesma, se faz necessário refletir e compreender o universo autista, bem como argumentar sobre a importância da Intervenção Precoce e como a inclusão social e educação inclusiva e especial são importantes pra o desenvolvimento pleno destes sujeitos.

A Inclusão social refere-se ao conjunto de medidas direcionadas a indivíduos excluídos do meio social por deficiências físicas ou motoras, que apresentam altas habilidades, déficits cognitivos, autismo e outras condições sociais, emocionais e psíquicas. Visando possibilitar que todos os cidadãos tenham oportunidades de acesso a bens e serviços, como educação, saúde, educação, emprego entre outros. Inclusão escolar baseia-se na escolha de todas as pessoas, pertencentes a este grupo, sem exceção, no sistema de ensino. (BESSA, 2019)

A Análise Aplicada do comportamento- ABA é uma abordagem da psicologia que é usada para a compreensão do comportamento e vem sendo amplamente utilizada no atendimento a pessoas com autismo. O trabalho com crianças autistas promove a integração da criança na comunidade em que ela faz parte. Promovendo avanços significativos no desenvolvimento, o método ABA é um tratamento que possui evidências científicas suficientes para ser considerado eficaz. (Lear, 2004)

Como ponto de partida para a justificativa da escolha do tema, apresenta a educação especial na perspectiva da educação inclusiva na qual apresenta como objetivo, garantir o acesso, participação e a aprendizagem dos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, de forma que as instituições, tanto privadas como públicas, ofereçam atendimento educacional especializado; continuidade da escolarização nos níveis mais elevados de ensino; formação de professores para o atendimento educacional especializado e dos demais profissionais da educação para a inclusão escolar; participação da família e da comunidade; acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; articulação intersetorial tendo em vista a implementação das políticas públicas (BRASIL, 2008)

Ao evidenciar, através de experiência pessoal, o despreparo e falta de suporte dos professores em proporcionar uma educação inclusiva. A inclusão pode ser uma “faca de gumes”. Pode ser algo maravilhoso para o crescimento de todos, mas pode ser motivo de sofrimento de muitos se não estiver bem estruturada. (MINETTO, 2008, p.98). Faz-se necessário pensar

em formas de objetificar e efetivar a educação de forma realista para que todos os sujeitos tenham oportunidades de aprendizado de forma igualitária.

É sabido que a análise do Comportamento aplicado, ABA/ACA é uma abordagem da psicologia, usada para compreender o comportamento, e vem sendo amplamente utilizada no atendimento de pessoas com o desenvolvimento atípico, onde suas intervenções derivam dos princípios do comportamento e tem como objetivo aprimorar comportamentos socialmente relevantes. (Lear, 2004)

Segundo SCHWARTZMAN (2003), o autismo é uma condição crônica, caracterizado pela presença de prejuízos em áreas do desenvolvimento, por esta razão o tratamento deve ser contínuo e envolver equipe multidisciplinar.

Deste modo, o método ABA surge como ponte facilitadora para melhorar significativamente certas condições comportamentais e conseqüentemente seu desenvolvimento cognitivo e pedagógico.

Espera-se com a pesquisa evidenciar problemáticas presentes na sociedade diante da prática inclusiva e a compreensão de aspectos inerentes a pessoa com TEA, que possam ser reconhecidos e efetivados no âmbito educacional.

2 METODOLOGIA

Para fundamentação da pesquisa, nos debruçamos em leituras de aportes teóricos que ampliam a discussão da temática e abordam a compreensão de aspectos importantes à inclusão efetiva na sociedade para a construção do estado da arte. Optamos por um estudo a respeito sobre a compreensão do que é autismo e sobre como a inclusão, feita de maneira correta, alinhada a intervenção precoce através da terapia ABA podem ajudar de forma significativa o desenvolvimento da criança com TEA.

Com enfoque qualitativo, essa abordagem é interpretativa com o investigador geralmente envolvido em uma experiência sustentada e intensiva com os participantes, existindo uma relação dinâmica entre o sujeito e o objeto (CRESWELL, 2007).

A pesquisa qualitativa preocupa-se com os aspectos da realidade, permitindo reunir dados relevantes sobre o objeto de estudo e, desse modo, alcançar um conhecimento mais amplo sobre esse objeto, dissipando as dúvidas, esclarecendo questões pertinentes e, sobretudo, instruindo ações posteriores (CHIZZOTTI, 2006).

O estudo foi pensado por permitir reunir os dados relevantes sobre o autismo e, desse modo, alcançar um conhecimento mais amplo sobre esse objeto, dissipando as dúvidas, esclarecendo questões pertinentes e, sobretudo, instruindo ações posteriores.

O Estudo de Caso contribui para compreendermos melhor os fenômenos individuais, os processos organizacionais e políticos da sociedade. Os tipos de casos que os pesquisadores qualitativos estudam podem ser um único indivíduo, vários indivíduos separadamente ou em grupo, um programa, eventos ou atividades. Pode ser selecionado para estudo porque é incomum e tem mérito em si (SANTOS, 2011).

Neste contexto, o presente artigo está fundamentado teoricamente nos conhecimentos de autores, pesquisadores, médicos conceituados nas áreas de Análise do Comportamento Aplicada, Transtornos Mentais e Neurologia da Infância e da Adolescência, que abordam o tema do Transtorno do Espectro Autista, Inclusão e Comportamento sendo eles: Sasaki (2005), Schwartzman (2003), Skinner (2003), Melo (2007), Silva, Gaiato e Reveles (2012), Haydu (2009), Gaiato (2018) entre outros.

A pesquisa será dividida em 04 tópicos, que abordaram as seguintes temáticas:

- Compreendendo o que é Autismo;
- Inclusão
- Entendendo o que é ABA
- Papel do professor da educação infantil na inclusão

escolar de alunos com TEA.

Essa análise se torna relevante porque possibilita identificar que caminhos as escolas, juntamente com professores precisam seguir para a efetivação de iniciativas voltadas para a inclusão de alunos com TEA.

3 ESTADO DA ARTE

COMPREENDENDO O QUE É AUTISMO

O autismo infantil foi definido por Kanner, em 1943, inicialmente denominado como Distúrbio Autístico do Contato Afetivo. Tendo como características para condição foram abordadas as seguintes especificidades: perturbações das relações afetivas com o meio, solidão autística extrema, inabilidade no uso da linguagem para comunicação, presença de boas potencialidades cognitivas, aspecto físico aparentemente, normal, comportamentos ritualísticos, início precoce e incidência predominante no sexo masculino. (TAMANAHA; PERISSINOTO; CHIARI, 2008)

No ano de 1944, Segundo Tamanaha; Perissinoto; Chiari (2008) Asperger propôs em seu estudo a definição de um distúrbio que ele denominou Psicopatia Autística, manifestada por transtorno severo na interação social, uso pedante da fala, desajeitamento motor e incidência apenas no sexo masculino. Asperger utilizou a descrição de alguns casos clínicos, caracterizando a história familiar, aspectos físicos e comportamentais, desempenho nos testes de inteligência, além de enfatizar a preocupação com a abordagem educacional destes indivíduos.

Em sua décima revisão da Classificação Internacional de Doenças – CID 10(33), os Transtornos Globais do Desenvolvimento foram classificados como um grupo de alterações, caracterizadas por alterações qualitativas da interação social e modalidades de comunicação, e por um repertório de interesses e atividades restrito e estereotipado. Estas anomalias qualitativas constituem uma característica global do funcionamento do indivíduo. (TAMANAHA; PERISSINOTO; CHIARI, 2008).

O termo autismo foi descrito pela primeira vez em 1943 pelo Dr. Leo Kanner, um médico austríaco, residente em Baltimore, nos EUA, que escreveu um artigo chamado “Distúrbios Autísticos do Contato Afetivo”, onde descreve 11 casos de crianças com sintomas. (MELO, 2005)

Conceituar o termo “autista” é complexo e o, uma vez que apesar de ser uma palavra pequena, há uma imensidão de fatores que norteiam um indivíduo nessa condição, os quais definirão seu grau de autismo.

Todas essas alterações costumam aparecer antes dos 3 anos de idade, e na maioria dos casos, em crianças do sexo masculino. Segundo Tenório; Pinheiro (2018), não existe exames laboratoriais ou de imagem que ajudem a diagnosticar o autismo. Em geral, o médico considera o histórico do paciente, a observação de seu comportamento e os relatos dos pais.

Neste sentido, Williams assevera que:

Distúrbios do Espectro do Autismo é um distúrbio do desenvolvimento que normalmente surge nos primeiros três anos de vida da criança. Atinge a comunicação, a interação social, a imaginação e o comportamento. Não é algo que a criança pode contrair. Não é causado pelos pais. É uma condição que prossegue até a adolescência e vida adulta (WILLIAMS, 2008, p.03).

O autismo pode ser definido como:

“Autismo é um distúrbio do desenvolvimento que se caracteriza por alterações presentes desde idade muito precoce, tipicamente antes dos três anos e idade, com impacto múltiplo e variável em áreas nobres do desenvolvimento humano como as áreas de comunicação, interação social, aprendizado e capacidade de adaptação. (MELO, 2007, p. 16).

Para crianças com autismo clássico, isto é, aquelas crianças que têm maiores dificuldades de socialização, comprometimento na linguagem e comportamentos repetitivos, fica clara a necessidade de atenção individualizada.

“Essas crianças já começam sua vida escolar com diagnóstico, e as estratégias individualizadas vão surgindo naturalmente. Muitas vezes, elas apresentam atraso mental e, com isso, não conseguem acompanhar a demanda pedagógica como as outras crianças. Para essas crianças serão necessários acompanhamentos educacionais especializados e individualizados”. (Silva, 2012, p. 109).

Os transtornos invasivos do desenvolvimento caracterizam-se por prejuízo severo e profundo de 8 diversas áreas do desenvolvimento” (MARTINS, PREUSSELER; ZAVSCHI, 2002, p. 41). Ainda afirmam que entre as dificuldades,

“nas habilidades de interação social e comunicação, associadas à presença de comportamento repetitivo e/ou restrito e interesses em atividades estereotipadas, que representam um desvio acentuado em relação ao nível de desenvolvimento”. Portanto, conforme os autores acima citados, o autismo compromete três áreas importantes no desenvolvimento da criança: a interação social, a comunicação e o comportamento.

Neste sentido, Cavaco, defende que:

Os sintomas variam amplamente, o que explica por que hoje referimo-nos ao Autismo como espectro de transtornos, essencialmente pela sua diversidade e complexidade de manifestações, desde o seu estado de isolamento total, ou um isolamento particular definido como um estar só no meio de muita gente, não interagindo, não estabelecendo relações sociais, demonstrando pensamento abstrato, ou capacidade de entender o que querem dizer, além do que as palavras evocadas possam realmente significar (CAVACO, 2014, p. 40).

Presentar algumas características são necessárias para a compreensão a respeito do TEA. “[...] o TEA é definido como um distúrbio do desenvolvimento neurológico que deve estar presente desde a infância, apresentando déficit nas dimensões sociocomunicativa e comportamental” (SCHMIDT, 2013 p. 13).

As definições utilizadas pela APA (2013) apud Zanon et al (2014) vão de encontro com as concepções já mencionadas por Schimidt, onde:

[...] as manifestações comportamentais que definem o TEA incluem comprometimentos qualitativos no desenvolvimento sociocomunicativo, bem como a presença de comportamentos estereotipados e de um repertório restrito de interesses e atividades, sendo que os sintomas nessas áreas, quando tomados conjuntamente, devem limitar ou dificultar o funcionamento diário do indivíduo (APA, 2013 apud ZANON et al, 2014, p.25).

O desenvolvimento infantil possui marcadores importantes que precisam ser monitorados para que haja a estimulação necessária que ajude a criança a seguir o desenvolvimento típico (ZAQUEU, et al., 2015). Por ser um transtorno que prejudica diretamente o desenvolvimento da criança, diversos estudos comprovam que podem ser observados sinais de autismo antes mesmo dos 12 meses, ficando mais aparente entre os 18 e 24 meses de vida (ALCKMIN-CARVALHO et al., 2014; ZAQUEU et al., 2015).

[...] os sintomas precoces devem ser encontrados em *déficits* de habilidades sociais emergentes [...]. Nos primeiros 6 a 8 meses, por exemplo, os bebês afetados apresentam atenção visual a pessoa diminuída, procuram menos as pessoas e se engajaram menos em intercâmbios sociocomunicativos através do sorriso e da vocalização. Além disso, os primeiros sinais podem incluir dificuldades de regulação da excitação. (LAMPREIA, 2009, p.164).

Os primeiros anos de vida são muito importantes, pois é nesta fase que o cérebro é capaz de absorver muitas informações e se desenvolve rapidamente (ABITANTE, 2019). Embasado nisto, intervenções que proporcionem estímulos precocemente demonstram excelentes resultados e ampliam a capacidade de aprendizagem das crianças com TEA, com avanços significativos na atenção, a comunicação, a interação social, a sensibilidade a estímulos e comportamentos inapropriados. Para Gaiato (2012)

“Para as crianças com autismo, o diagnóstico precoce é de fundamental importância”. Por isso, os pediatras precisam observá-las com muito critério desde o nascimento e, a qualquer alteração notada deve encaminhá-las a um especialista mesmo que não tenham certeza do diagnóstico [...]. (GAIATO, 2012, p.137)

O diagnóstico segundo Mello (2007) deve ser realizado por um profissional especializado, podendo ser um médico neuropediatra ou um psiquiatra especializado na área do autismo.

INCLUSÃO

A educação inclusiva surge como ponte para que toda criança tenha direito a uma educação de qualidade e para todos, sobretudo assegurando os direitos de crianças com necessidades especiais.

A inclusão pode ser definida como um modelo de educação que propõe escolas onde todos possam participar e sejam recebidos como membros valiosos delas. Trata-se de uma filosofia e prática educativa que pretende melhorar a aprendizagem e participação ativa de todo o alunado em um contexto educativo comum. (MORIÑA, 2010, p.17).

Segundo os princípios definidos na atual política são ratificadas pelas Conferências Nacionais de Educação – CONEB/2008 e CONAE/2010, a educação especial na perspectiva da educação inclusiva tem como objetivo garantir o acesso, participação e a aprendizagem dos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, de forma que as instituições, tanto privadas como públicas, ofereçam atendimento educacional especializado; continuidade da escolarização nos níveis mais elevados de ensino; formação de professores para o atendimento educacional especializado e dos demais profissionais da educação para a inclusão escolar; participação da família e da comunidade; acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos

mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; articulação intersetorial tendo em vista a implementação das políticas públicas. (BRASIL, 2008).

O desenvolvimento de escolas inclusivas – escolas capazes de educar a todas as crianças – não é, portanto unicamente uma forma de assegurar o respeito dos direitos das crianças com deficiências de forma que tenham acesso a um ou outro tipo de escola se não que constituir uma estratégia essencial para garantir que uma ampla gama de grupos tenha acesso a qualquer forma de escolaridade. (DYSON, 2001, p. 150 apud Sanchez, 2005, p. 13).

A inclusão pode ser uma “faca de dois gumes”. Pode ser algo maravilhoso para o crescimento de todos, mas pode ser motivo de sofrimento de muitos se não estiver bem estruturada (MINETTO, 2008, p.98).

Deste modo para que a inclusão de fato aconteça se faz necessário algumas mudanças dentro do sistema de ensino bem como na sociedade. A inclusão segundo Sasaki (2005) é um processo que tem que ir além de inserir o aluno com necessidades especiais em salas de aula e do ensino regular e para que isso possa ocorrer é necessário que haja mudanças na sociedade, no que se diz respeito de organização para que dessa forma possa atender as necessidades de todos.

É necessário pensar em formas de objetificar e efetivar a educação de forma realista para que todos os sujeitos tenham oportunidades de aprendizado de forma igualitária.

Portanto a inclusão consiste em adequar os sistemas sociais gerais da sociedade de tal modo que sejam eliminados os fatores que excluem certas pessoas do seu seio e mantinham afastadas aquelas que foram excluídas. A eliminação de tais fatores deve ser um processo contínuo e concomitante com o esforço que a sociedade deve empreender no sentido de acolher todas as pessoas, independentemente de suas diferenças individuais e de suas origens na diversidade humana. Pois para incluir todas as pessoas, a sociedade deve ser modificada a partir do entendimento de que ela é quem precisa ser capaz de atender às necessidades de seus membros. (SASSAKI, 2005, p. 21).

A instituição de ensino torna-se inclusiva quando reconhece as diversidades dos alunos diante do processo educativo e precisa da participação de todos os integrantes da instituição. Esta condição é um trabalho a ser desenvolvido por todos os envolvidos direta e indiretamente para e pelo sistema educacional – iniciativas que envolvam professores, gestores, pais, alunos especialistas em educação e saúde, a fim de construir

práticas pedagógicas inovadoras e que 16 façam a diferença no desenvolvimento dos alunos, considerando que as mudanças vão além da sala de aula e da escola (ROPOLI et al, 2010).

À gestão escolar cabe muito mais do que uma técnica, cabe incentivar a troca de ideias, a discussão, a observação, as comparações, os ensaios e os erros, é liderar com profissionalismo pedagógico. Cada escola tem sua própria personalidade, suas características, seus membros, seu clima, sua rede de relações. (TEZANI, 2004, p. 177)

De acordo com a LDBEN nº 9.394/96, “a pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais, e terão direito ao atendimento especializado na educação” (BRASIL, 1996). Trata-se de um avanço na consolidação do direito da Educação inclusiva, contemplado de direitos, sem distinções ou preconceitos. Significa uma grande vitória para os autistas, seus familiares e profissionais da Educação Especial.

No Brasil, a pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo, passa a ser vista de forma mais eloquente partir do sancionamento da lei nº 12.764 no dia 27 de dezembro de 2012. No art.3º da lei, afirma que são direitos da pessoa com TEA:

- I - a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer;
- II - a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração;
- III - o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo: a) o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo; b) o atendimento multiprofissional; c) a nutrição adequada e a terapia nutricional; d) os medicamentos; e) informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento;
- IV - o acesso: a) à educação e ao ensino profissionalizante; b) à moradia, inclusive à residência protegida; c) ao mercado de trabalho; d) à previdência social e à assistência social (BRASIL, 12.764/12).

Com isto, os sujeitos portadores de TEA, passam a ter seus direitos assegurados por lei, deste o direito ao acesso a educação de forma inclusiva e efetiva. A educação inclusiva só se efetivará quando as instituições de ensino adotar medidas administrativas e pedagógicas, amparadas na opção política de construção de um sistema de educação inclusiva. Pois a educação escolar será melhor quando possibilitar as suas crianças o desenvolvimento

pleno de sua capacidade crítica e reflexiva, garantindo sua independência e autonomia.

ENTENDENDO O QUE É ABA

Parte do nosso sistema nervoso central, o cérebro é formado por bilhões de células nervosas, os neurônios. Essas células se conectam entre si e são responsáveis por nossas funções mentais, que controlam nossos movimentos, nosso sono, fome, sentidos e nossas emoções (GAITO, 2018). O autor ora citado, ainda pontua, a capacidade do cérebro de mudar sua estrutura física e sua atividade. Por meio de estímulos, o cérebro cria novas ligações entre os neurônios, modificando assim suas redes de conexões, criando caminhos diferentes e complementares.

Sendo assim, as intervenções feitas a partir de estímulos conscientes e direcionadas, demonstram excelentes resultados e ampliam a capacidade de aprendizagem das crianças com autismo, melhorando a atenção, a comunicação, a interação social, a sensibilidade de estímulos e comportamentos inapropriados. (ABIANTE, 2019)

ABA é a abreviação para *Applied Behavior Analysis*. (SETÚBAL, 2018). No Brasil é conhecida como Análise do Comportamento Aplicada. A terapia ABA é baseada no ensino intensivo e individualizada das habilidades necessárias para que a criança possa adquirir independência e melhorar a qualidade de vida.

A metodologia ABA: é o uso científico dos princípios da abordagem comportamental para desenvolver, manter e aumentar comportamentos desejados e diminuir comportamentos indesejados. Envolvendo uma série de diferentes estratégias, que podem ser utilizadas em variadas situações para modificar ou ensinar novos comportamentos. (ANDERSON, 2007, p.10)

De acordo com o Manual Autism Speaks (2011), a Análise do Comportamento é a ciência que fornece conhecimentos cientificamente comprovados sobre como e porque o comportamento ocorre.

Segundo o Manual “quando esta pesquisa é utilizada para melhorar o comportamento socialmente significativo, considera-se que é aplicada” (p. 34). Camargo e Rispoli (2013) abordam que a ABA também pode ser

“definida como uma tecnologia que é aplicada em situações de vida reais, onde comportamentos apropriados e inapropriados podem ser melhorados, aumentados ou diminuídos” (RISPOLI, 2013, p.642).

Conforme Haydu (2009), o comportamento pode ser definido como um processo de interação entre o indivíduo e o ambiente, sendo que os indivíduos e os eventos ambientais interagem e assim, afetam um ao outro, produzindo alterações em ambos. Para Meyer (2003), um dos princípios básicos da metodologia ABA é que um comportamento é determinado por qualquer ação que pode ser observada e contada, tendo sempre uma frequência e uma duração.

De acordo com Mello (2001) ABA é um tratamento comportamental indutivo, tem por objetivo ensinar a criança habilidades, por etapas, que ela não possui. Cada habilidade é ensinada, em geral, em plano individual, de maneira associada a uma indicação ou instrução, levando a criança autista a trabalhar de forma positiva.

A partir destas constatações os principais objetivos das intervenções em ABA, em crianças com TEA, são a ampliação do repertório comportamental e de conteúdos curriculares, onde a criança melhore sua interação e a comunicação social. Outro objetivo tem a ver com a diminuição de comportamentos disruptivos. (VICHESSI, 2019). Para Bosa (2006), isto é feito pelo estabelecimento de regras claras e consistentes; uma modificação gradativa; identificação de funções subjacentes, tais como ansiedade ou incerteza; modificações ambientais e transformação das obsessões em atividades adaptativas.

Segundo Windholz (1995) existe uma relação direta terapeuta e educador, pois, para o analista do comportamento ser terapeuta significa atuar como educador, uma vez que o tratamento envolve um processo abrangente e estruturado de ensino-aprendizagem ou reaprendizagem. Para Meyer (2003), um dos princípios básicos da metodologia ABA é que um comportamento é determinado por qualquer ação que pode ser observada e contada, tendo sempre uma frequência e uma duração. O método ABA deve ser aplicado por profissionais na área de análise comportamental com experiência supervisionada e prática no método para alunos com autismo.

Para Moreira; Medeiros (2007), todo comportamento é modificado através de suas consequências. Para ele, estamos sempre tentando fazer coisas, e se elas funcionam, faremos novamente, quando nossas ações não funcionam é menos provável que as realizemos novamente.

A intervenção ABA tem seu ponto de partida através de uma avaliação inicial minuciosa do comportamento do sujeito. A partir desta avaliação o terapeuta poderá identificar os comportamentos que estão em déficit, comportamentos estereotipados e comportamentos autos lesivos.

A metodologia consiste em modificar os comportamentos inadequados, substituindo-os por outros mais funcionais. O foco da mudança baseia-se, principalmente, nos comportamentos social, verbal e na extinção de birra. Uma variedade de procedimentos comportamentais é usada para fortalecer habilidades existentes e modelar aquelas ainda não desenvolvidas. Isso envolve criar oportunidades para que a criança possa aprender e praticar habilidades por meio de incentivos ou reforços positivos, ou seja, premiá-la e elogiá-la a cada comportamento realizado de forma adequada. (SILVA, GAIATO; REVELES, 2012, p.104).

Windholz (1995, apud CARAMICOLO, 2013, p. 26), expõe que a estrutura da intervenção na análise comportamental aplicada com crianças autistas deve ser dividida em fases. A primeira fase é a avaliação comportamental, buscando apontar as variantes que a controlam; a segunda fase é a seleção de metas e objetivos, em médio prazo refere-se ao desenvolvimento da comunicação, adequando os comportamentos sociais e generalizando os comportamentos aprendidos; a terceira fase é a do desenvolvimento dos programas de tratamento, no qual se determinam com clareza quais comportamentos devem ser ensinados, sendo necessário que se faça um diagnóstico prévio do que a criança já sabe para que, no decorrer do programa, perceba sua evolução; a quarta fase refere-se à efetivação da intervenção. Um dos pontos principais a serem esclarecidos é de que o “ABA” é uma intervenção intensiva, duradoura que abrange a família, a escola e os meios sociais em que esta criança está inserida. Portanto, para que a terapia ABA seja efetiva e para que a diminuição dos sintomas se torne mais evidentes é preciso iniciar as intervenções o quanto antes.

Para as crianças com autismo, o diagnóstico precoce é de fundamental importância. Por isso, os pediatras precisam observá-las com muito critério desde o nascimento e, a qualquer alteração notada deve encaminhá-las a um especialista mesmo que não tenham certeza do diagnóstico [...]. (GAIATO, 2012, p.137).

A ABA pode ser praticada em casa, com suporte dos pais e familiares, na escola, servindo de complemento para as atividades que são desenvolvidas por analista comportamentais. Ela envolve o ensino intensivo e individualizado, incentivando o conhecimento através de materiais concretos cientificamente desenhados, para acrescentar o pensamento conceitual e levar abstração. A principal característica do método ABA é o uso de consequências positivas, que se apresentam reforçadoras para o comportamento esperado. Durante a aplicação, cada comportamento apresentado pela criança é registrado de forma precisa como meio para avaliar seu progresso. (BEZERRA, 2018)

Os trabalhos de Sundberg e Partington (1998), Leaf e McEachin (1999), BragaKenyon, Kenyon e Miguel (2002), Lovaas (2002), Lear (2004) e Martin e Pear (2009) permitem a elaboração de uma síntese dos principais componentes da Terapia ABA, que formam sua tecnologia e são, de acordo com os autores citados, os responsáveis pelos resultados positivos deste modelo de intervenção:

- O primeiro passo do tratamento ABA é a realização de uma avaliação abrangente das habilidades já demonstradas pelo cliente, dos seus comportamentos inadequados e de sua capacidade de aprender. A ênfase da avaliação é na descrição de como elementos do ambiente estão relacionados aos comportamentos exibidos pelo cliente, o que é chamado de análise funcional.
- O passo seguinte é a criação de um plano de trabalho em que se definem objetivos e prazos para seus cumprimentos. A partir do plano, ocorre o tratamento propriamente dito.
- Todo o processo terapêutico é minuciosamente registrado, permitindo que seja constantemente avaliado e que o rearranjo de situações problemáticas ocorra rapidamente.
- O desenvolvimento de novas habilidades ocorre por meio de procedimentos graduais de ensino, em que comportamentos complexos são divididos em suas partes componentes. Cada parte é ensinada individualmente e, após o estudante dominar

todos os passos de ensino, o comportamento como um todo é sintetizado e generalizado.

- Há quatro tipos mais comuns de procedimento de ensino:
- *Tentativa Discreta*: constituída pelo que é chamado de unidade de ensino ou, na literatura conceitual analítico-comportamental, contingência de três termos: o terapeuta arranja os estímulos e faz um pedido (Sd), o estudante responde com ou sem ajuda (R) e é reforçado por seu sucesso (Sr). Geralmente, a tentativa discreta é realizada em contexto planejado.
- *Ensino em Ambiente Natural*: o estudante é ensinado a se comportar adequadamente em situações naturais. O ensino é planejado, assim como na tentativa discreta, mas necessariamente mais flexível e contextualizado.
- *Aprendizagem Incidental*: o ensino não é planejado. Aproveita-se o interesse imediato da criança para lhe ensinar habilidades adequadas, garantindo alto nível de motivação.
- *Encadeamento de Trás para Frente*: é utilizado para o ensino de habilidades de autocuidado, como tomar banho, trocar de roupa, escovar os dentes, etc. Consiste em quebrar comportamentos complexos em pequenos passos e ensiná-los de trás para frente, de modo que os passos iniciais sirvam de dicas para o último.
- Durante a Terapia, o estudante...
 - ✓ *Segue seu próprio ritmo de trabalho e jamais avança para tarefas mais complexas antes de apresentar domínio nas mais simples;*
 - ✓ *Tem pouca probabilidade de cometer erros devido aos procedimentos de modelagem e de fading out de dicas dadas pelo terapeuta (o terapeuta inicia ajudando intensamente e retira as dicas conforme o avanço da criança);*
 - ✓ *É constantemente motivado; e*
 - ✓ *Jamais é criticado por seus erros.*

Para lidar com comportamentos inadequados, são utilizados os procedimentos de:

- Extinção: utilizada para reduzir a frequência de comportamentos inadequados, como birras ou respostas violentas. Nesse procedimento, o reforço da resposta inapropriada é suspenso para que ela seja enfraquecida e, finalmente, desapareça;*
- Esquemas de reforçamento de respostas incompatíveis ou alternativas: são complementares à extinção. Além da suspensão do reforçador para respostas inadequadas, nos esquemas de reforçamento de respostas incompatíveis e alternativas, são programados reforçadores para comportamentos adequados que substituam as respostas indesejadas ou que as tornem impossíveis de serem emitidas.*
- Quadros de Rotina: os quadros de rotina servem ao propósito de ajudar o estudante a compreender o que fará no dia e iniciar a compreensão de encadeamento e sequenciamento das tarefas e rotina.*
- Redirecionamento: utilizado principalmente com as estereotipias. Consiste em redirecionar o comportamento repetitivo inadequado por outros semelhantes, mas considerados adequados. • O ensino do Comportamento Verbal tem múltiplas funções. Além de permitir ao estudante se relacionar de forma mais efetiva com seus familiares e pares, há evidências científicas de que o seu desenvolvimento está correlacionado com a diminuição da frequência de ocorrência de comportamentos inadequados.*
- A técnica de ensino de linguagem mais efetiva é o PLN (Paradigma da Linguagem Natural), focada em brincadeiras e interações sociais constantes que estimulam de forma divertida a emergência da linguagem. O PLN consiste em incentivar o uso da linguagem durante atividades lúdicas, inicialmente aceitando qualquer som emitido pela criança e, aos poucos, ajudar este som a se tornar claro e funcional.*

- *Além do PLN, procedimentos mais direcionados para o ensino de nomeação, leitura e conversação são utilizados. Esses procedimentos envolvem amplo apoio de imagens e interesses das crianças para desenvolver comunicação.*
- *Alguns procedimentos de comunicação alternativa são utilizados como apoio ao ensino do comportamento verbal vocal. O mais comum deles é o PECS (Picture Exchange Communication System), que ensina os clientes a se comunicarem por meio da seleção e demonstração de figuras correspondentes ao que desejam. Em versões mais avançadas, o PECS ensina tatos e formação de frases (gramática básica).*

PAPEL DO PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM TEA

O período da educação infantil apresenta-se como uma das fases mais importantes na vida de um ser humano, porque desenvolve um papel de destaque no desenvolvimento humano e social da criança. É na educação infantil que a criança evolui de forma cognitiva, tendo contato com diversos objetos e com a arte, cultura e a ciência, dando vazão à sua criatividade. A educação infantil é essencial para a formação de sujeitos respeitosos, críticos e reflexivos.

Nos últimos anos, a educação inclusiva tem sido alvos de muitos debates, tendo como objetivo principal a garantia de uma educação de qualidade para todas as crianças, independentemente de suas condições.

Incluir não é só integrar [...] não é estar dentro de uma sala onde a inexistência de consciencialização de valores e a aceitação não existem. É aceitar integralmente e incondicionalmente as diferenças de todos, em uma valorização do ser enquanto semelhante a nós com igualdade de direitos e oportunidades. É mais do que desenvolver comportamentos, é uma questão de consciencialização e de atitudes (CAVACO, 2014, p. 31).

É sempre desafiador, para as famílias, encontrar instituições que proporcionem as condições necessárias para o atendimento à criança com autismo. As instituições devem buscar a regularização e profissionais qualificados para garantir o direito à educação. “Diante da orientação

inclusiva, as funções do/a gestor/a escolar incluem a definição dos objetivos da instituição, o estímulo à capacitação de professores/as, o fortalecimento de apoio às interações e a processos que se compatibiliza com a filosofia da escola” (SANT’ANA, 2005, p. 228). Como afirma Carvalho (1999, p. 37):

[...] para que, em nossas escolas, o ideal da integração de todos, ou da não exclusão de alguns, torne-se realidade, é preciso trabalhar todo contexto em que o processo deve ocorrer. Do contrário, corre-se o risco de contribuir para maiores preconceitos em torno dos deficientes. (CARVALHO, 1999, p. 37)

Por tanto, ao receberem esses alunos, é dever da escola garantir toda a preparação dos profissionais e adaptação da estrutura física da instituição, para que estes sejam atendidos conforme todo processo inclusivo.

No entendimento de Mantoan (2004), a Inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais é problemática discutida por diferentes segmentos, mas essa inserção nada mais é do que “garantir o direito constitucional que todos independentes de suas necessidades, têm a uma educação de qualidade, e que a Inclusão vai depender da capacidade de lidarmos com a diversidade e as diferenças”.

Oportunizar aos alunos com autismo possibilidades reais de aprendizagem implica em conhecer e identificar suas necessidades. Faz-se necessário que a instituição esteja preparada para recebê-los e o profissional qualificado. Vasconcellos (1998, p.12) enfatiza que: “O professor normalmente espera sugestões, propostas, orientações para sua tão desafiadora prática; muitos gostariam de algumas “receitas”, sabemos, no entanto, que estas não existem, dada complexidade da tarefa educativa”. Mantoan (2004) afirma que:

é necessário recuperar, urgentemente, a confiança dos professores em saberem lidar e desenvolver o processo de ensino/aprendizagem com todos os alunos, sem exceções. Para isso, é oportuno possibilitar aos docentes a participação em cursos que discutam estratégias educacionais visando à participação ativa e consciente de todos os alunos no processo de ensino-aprendizagem. Esses cursos devem atender as necessidades de preparo que os professores têm para desenvolver práticas docentes realmente inclusivas. (MANTOAN, 2004, p.45)

Os professores desempenham um papel importante na inclusão e no desenvolvimento dos alunos com TEA, por estarem em contato direto e contínuo com a criança e ser o mediador do conhecimento. Por isto, é de

extrema importância que suas práticas sejam adequadas e especificadas para atender as especificidades do aluno com TEA, bem como outros distúrbios. Luckesi (2002, p. 115) caracteriza que “o ato de planejar, assim assumido, deixará de ser um simples estruturar de meios e recursos, para tornar-se o momento de decidir sobre a construção de um futuro. Será o momento de dimensionar a nossa mística de trabalho e de vida”.

Alunos com TEA, na maioria dos casos, necessitam que se tenham algumas alterações nas didáticas adotadas pelos professores uma vez que estes apresentem déficits motores e de motivação. Por isso, e sobre tudo para que de fato se obtenha uma educação inclusiva de qualidade, as instituições e os professores ser adequadamente treinados.

É imprescindível que o educador e qualquer outro profissional que trabalhe junto à pessoa com autismo seja um conhecedor da síndrome e de suas características inerentes. Porém, tais conhecimentos devem servir como sustento positivo para o planejamento das ações a serem praticadas e executadas [...]. (ORRÚ 2003, p.1)

Segundo Mendes (2002), afirma que:

para atender os alunos com necessidades educacionais com qualidade, a escola deve modificar-se no aspecto político (construção de uma rede de suportes capaz de formar pessoal e promover serviços na escola, na comunidade, na região); no aspecto educacional (capacidade de planejar, programar e avaliar programas para diferentes alunos em ambientes da escola regular) e no aspecto pedagógico (o uso de estratégias de ensino que favoreçam a inclusão e descentralize a figura do professor, o incentivo às tutorias por colegas, a prática flexível, a efetivação de currículos adaptados). (MENDES, 2002, p. 76).

Pautados em uma visão mais humana e afetiva para se trabalhar com autismo em sala de aula, o método ABA apresenta-se como caminho facilitador destinado a aumentar comportamentos positivos e reduzir comportamentos prejudiciais a ela. (BEZERRA, 2018). A análise do Comportamento aplicado, ABA/ACA é uma ciência onde suas intervenções derivam dos princípios do comportamento e tem como objetivo aprimorar comportamentos socialmente relevantes (RIBEIRO, 2010). Deste modo, o método ABA surge como ponte facilitadora para melhorar significativamente certas condições comportamentais e conseqüentemente o desenvolvimento cognitivo e pedagógico de crianças com TEA.

Segundo Skinner (2003), ao analisar o comportamento humano, é definido como comportamento operante, que é um mecanismo de aprendizagem de novo comportamento, onde a resposta do indivíduo opera

no ambiente e produz consequências que agem de novo sobre ele, podendo influenciar a probabilidade de o fato ocorrer novamente. (BAGAIOLO; GUILHARDI; ROMANO, 2011).

Desta forma, se essa consequência, após um comportamento, for agradável (reforço), a frequência desse comportamento vai aumentar. Esse reforço pode ser positivo (um elogio, prêmio ou recompensa) ou negativo (ação que exprime uma consequência indesejada). Sendo assim, é possível a alteração do comportamento humano por meio da concessão de reforços (na manutenção de comportamentos) ou da extinção de reforços (ao eliminar comportamentos inadequados) (SKINNER, 2003).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos resultados obtidos, pode-se perceber que o autismo ainda não é visto como um transtorno do desenvolvimento neurológico, e é por isso ainda são tão comuns, tais falas: “criança mal educada”, “ela é doida”, “os pais não colocam limites, por isso que ela é assim”. Seriam essas falas de falta de informação da sociedade? A resposta é sim. Para que tenhamos uma sociedade mais sensível a realidade é primordial o conhecimento geral a respeito do que é o autismo.

A compreensão de que o sujeito com TEA, desde sua infância necessita de intervenção, de acompanhamento e de acolhimento é o que torna o seu desenvolvimento progressivo. A interação entre os profissionais e família facilita pra que o autismo não seja um empecilho para o desenvolvimento cognitivo. Através de iniciativas e persistência o autismo passa a ser compreendido e a sociedade torna-se mais inclusiva e acolhedora.

Assim, direcionamos o olhar para o método ABA, que se mostra como intervenção intensiva, duradoura que abrange a família, escola e os meios sociais em que esta criança está inserida, apresentando assim um campo mais maduro para a discussão, visto que há uma quantidade significativa de estudos disponíveis na literatura investigando suas práticas.

Neste envolvimento, direcionamos o olhar para o âmbito escolar, no qual a criança deve ser acolhida de forma inclusiva, de modo a efetivar seu direito

a uma educação plena e de qualidade. O enfoque teórico e o fazer pedagógico são fundamentais para a compreensão do trabalho com crianças com TEA, bem como para o desenvolvimento pleno, social e cognitivo.

Apesar dos resultados promissores obtidos, pontos sobre como efetivar a inclusão dessas crianças não foram esclarecidos de forma satisfatória, requerendo maior investigação. Como exemplo é possível citar a realidade de que professor é cobrado acerca de realizações de intervenções pedagógicas, planejamento de atividades diferenciadas e/ou se tem conhecimentos acerca do autismo, porém pouco é discutido sobre o amparo que este profissional tem ao seu alcance. Frente a esta problemática, é importante refletir qual o papel dos demais profissionais em relação a proporcionar este suporte ao docente da sala comum.

Diante do que foi abordado ao decorrer desta pesquisa, compreendemos a importância de tornar acessível a entrada e permanência de crianças com autismo nas instituições de ensino. Bem como compreender a fundo o que é o TEA, suas características e como a intervenção precoce pode ajudar no desenvolvimento dos mesmos.

A pesquisa realizada também pontuou e esclareceu a importância do método de Análise do Comportamento Aplicada (ABA) para a inclusão do aluno com TEA, com a finalidade de compreender os déficits, diminuir comportamentos disruptivos, e aumentar comportamentos adequados, fazendo assim a promoção para que os alunos com TEA sejam mais participativos, visto como um ser que pensa, age e com direitos assegurados em relação ao contexto que o cerca.

Entende-se que nesse processo de inclusão de Autistas, as Instituições de ensino, bem como professores precisa estar preparado para acolher de forma efetiva, fazendo valer seu direito a educação a criança com autismo. Desse modo, a pesquisa possibilitou a compreender que a inclusão da criança com TEA, requer mudanças nas práticas educativas, preparando esses profissionais que trabalhem com este público.

REFERÊNCIAS

GAIATO, Mayara. S.O.S AUTISMOS: Guia Completo para Entender o Transtorno do Espectro Autista. 3. ed. São Paulo: Editora nVersos, 2018. 256 p. v. 1. ISBN 978-8554862084.

GAIATO, Mayara Bonifácio; REVELES, Leandro Thadeu; SILVA, Ana Beatriz Barbosa. Mundo Singular: Entenda o autismo. FONTANAR, São Paulo- SP, 2012.

WILLIAMS, C.; WRIGH, B. Convivendo com autismo e síndrome de Asperger: estratégias práticas para pais e profissionais. São Paulo: M. Books do Brasil, 2008.

INSTITUTO PENSI. Terapia ABA: conheça esse método para crianças com autismo. Disponível em: <https://institutopensi.org.br/blog-saude-infantil/terapia-abatratamento-autismo/>. Acesso em: 2 mai. 2021.

GRUPO CONDUZIR -INTERVENÇÃO COMPORTAMENTAL. ABA - Análise Comportamental Aplicada. Disponível em: <<https://www.grupoconduzir.com.br/abatratamento-autismo/>>. Acesso em: 13 dez. 2020.

TODA MATÉRIA. O que é Inclusão Escolar: conceito e desafios. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/inclusão-escolar-conceito-desafios/>. Acesso em: 13 dez. 2020.

EDUCERE. O PAPEL DO PROFESSOR FRENTE À INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM AUTISMO. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/CD2013/pdf/7969_6165.pdf>. Acesso em: 26 mai. 2021.

PORTAL COMPORTE-SE PSICOLOGIA E AC. ESTRATÉGIAS DE ENSINO PARA PESSOAS COM TEA NO AMBIENTE ESCOLAR. Disponível em: <https://comportese.com/2017/03/06/estrategias-de-ensino-para-pessoas-com-tea-noambiente-escolar>. Acesso em: 27 mai. 2021.

GOVERNO DO MARANHÃO. Escola Digna Caderno de Orientações pedagógicas Gestão Escolar. Disponível em: <<https://www.educacao.ma.gov.br/files/2017/05/apostilafinalproduc%CC%A7a%CC%83o.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2021.

BEZERRA, Marcos Ferreira. A importância do método aba – reanálise do comportamento aplicada – no processo de aprendizagem de autistas. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 03, Ed. 10, Vol. 06, pp. 189- 204 outubro de 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2021.

WILLIAMS, C. Convivendo com Autismo e Síndrome de Asperger: estratégias práticas para pais e profissionais. São Paulo: M. Books do Brasil Editora, 2008.

_____. Presidência da República. Decreto- Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 07 de julho de 2015. Não paginado. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 07 jun. 2021.

_____. Presidência da República. Decreto- **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 de dezembro de 1996. Não paginado. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm > . Acesso em 07 jun.2021

_____. Presidência da República. Decreto- Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 de dezembro de 2012. Não paginado. Disponível em <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm >

Acesso em 07 jun.2021.

DUARTE, Cíntia Perez; SCHWARTZMAN, José Salomão; MATSUMOTO, Michele Sayulli; BRUNONI, Decio; "DIAGNÓSTICO E INTERVENÇÃO PRECOCE NO TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO: RELATO DE UM CASO", p. 46 -56. In: Autismo: Vivências e Caminhos. São Paulo: Blucher, 2016.

MELLO, Ana Maria S. Ros de. Autismo: guia prático. 5 ed. São Paulo: AMA; Brasília: CORDE, 2007. 104 p.: il. Disponível em: <<https://www.autismo.org.br/site/images/Downloads/Cartilha8aedio.pdf>>

Acesso em: 07 jun 2021.